**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO**

**DO PARQUE ESTADUAL ITAPUÃ**

**ATA REUNIÃO ORDINÁRIA 03/2021**

Ao primeiro dia mês de dezembro de dois mil e vinte e um, as quatorze horas e quarenta e cinco minutos, no auditório do Centro de Visitantes do Parque Estadual de Itapuã (PEI), foi realizada a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo desta Unidade de Conservação, estando presentes conselheiros das instituições participantes e demais interessados conforme lista de presença em anexo. A reunião teve as seguintes pautas: Leitura e aprovação das atas (extraordinária do dia 25/10, atualização da situação do PEI e encaminhamentos sobre a Lagoa Negra. Havendo quórum a Presidente Dayse Rocha saudou a todos e deu início à reunião. De imediato passou a palavra ao Conselheiro Henrique para que fizesse a leitura da ata da reunião anterior (25/11/2021). Ao final os Conselheiros parabenizam o estagiário do PEI, Giovanni Copello pela objetividade e clareza da ata redigida. Dando prosseguimento, o Conselheiro Felipe Viana pede que seja incluída nesta ata da reunião anterior a questão levantada pela equipe do IRGA, qual discutiram sobre a viabilidade de passar esse canal atual por baixo do levante de irrigação que já existe, pois assim o curso d’água correria de forma mais aproximada ao que era originalmente (antes da abertura desse canal problemático. O Conselheiro Felipe prossegue dizendo que é muito importante incluir esse trecho, já que, segundo os técnicos é possível fazer tal obra, porém o impedimento se mostra ser do dono da Fazenda da Lagoa Negra, qual chegou a dizer que não quer fazer tal obra e que o PRAD (Plano de Recuperação de Área Degradada) está aprovado e não é de seu agrado que se mude ao neste documento. A Presidente do Conselho Dayse Rocha complementa dizendo que este PRAD proposto pelo proprietário da fazenda não comtempla de maneira satisfatória, não trazendo estudos e considerações aprofundadas, pois a demanda aqui precisa ser bem avaliada. Trata-se de uma área que afeta uma Unidade de Conservação, isso por si só é algo bastante sensível. Debate-se a questão, como esse PRAD pode ser sido aprovado, será mesmo que esse documento foi aprovado? Tudo indica que sim, nesse sentido a Presidente do Conselho complementa dizendo que inclusive nesse documento não consta nenhum parecer técnico do IRGA, EMATER, DRHS. Conselheira Omara Lange então passa aos encaminhamentos sobre este assunto da Lagoa Negra: Precisa-se questionar onde está o “verdadeiro” PRAD e os relatórios técnicos usados. Fica acordado então que o conselho irá pedir formalmente que as Instituições (IRGA, EMATER e demais interessados) reenvie ou produza seus pareceres técnicos sobre a esta demanda; enquanto isso o Conselho irá reunir toda essa documentação já existente (parecer da FAPAM e Promotoria de Viamão) com os outros documentos já existentes e que serão ainda produzidos para que assim se articule um pedido formal de vistas ao processo deste PRAD com fins de buscar esclarecimentos. Para isso irá ser cobrado da SEMA e demais órgãos responsáveis para que também se manifestem e venham elucidar de forma transparente essa questão. Dando prosseguimento a reunião a Presidente do Conselho expõe que durante seu afastamento (mês de novembro) ocorreram algumas intervenções no PEI por parte da SEMA e outras forças maiores, que culminaram, por exemplo, na retirada de um veículo (Caminhonete Triton Mitsubishi). A falta deste veículo é imensa, pois auxiliava em inúmeras atividades desenvolvidas dentro e fora do Parque. Além disso, também retiraram do Parque materiais que haviam sido apreendidos por ações de fiscalização. O detalhe grave e muito frisado é que todas estas ações ocorrer com o desconhecimento da Gestão do PEI. Foi levantado inclusive a hipótese: E se acontece alguma coisa com esses bens, eu (Dayse Rocha) que irei responder por isso? Quem será o responsável? Conselheiros se demostraram bem aflitos quanto a gravidade do que foi exposto. A Presidente Dayse também fala quanto a situação do pagamento da rescisão e do vale alimentação das monitoras ambiental do PEI, quais são todas terceirizadas e que até o momento não receberam por completo os valores da rescisão de seus contratos, tão pouco estão recebendo hoje os valores referente ao vale alimentação, pois o regime de horas de trabalho é incompatível para receber tal “benefício”. Então quer dizer que o trabalhador não precisa se alimentar? A monitora ambiental Marcela Longhi diz que essa situação é deteriorante e não se resolve, fala que já entrou em contato com o respectivo sindicato e que somente dizem ser assim que funciona as leis. A mesma inclusive pergunta se não teria como tentar pleitear a mudança do regime de horas de trabalho junto ao contrato da terceirizada formalizado na SEMA para que assim passassem a receber o vale alimentação. Com esse depoimento, agora passou-se a discutir sobre a questão das privatizações, a Conselheira Estela fala sobre a situação do processo de concessão dos Parque Estadual do Turvo e Tainhas. Os processos nesses estão tramitando de forma dramática, sem que haja nenhuma consulta à comunidade, à gestores, às Instituições técnicas, o que inclusive resultou em uma denúncia no Ministério Público que interviu e suspendeu até segunda ordem o avanço dos processos de concessão nestes lugares. A Conselheira Estela reforça ainda que quando chega as informações sobre as concessões, quase todas são dessa forma: sem consulta a comunidade, de forma autoritária, obscuras, “maquiadas”. O que está acontecendo é muito grave e é esse o caminho que tendem a seguir também aqui PEI. Precisamos estar alertas. O Conselheiro Eduardo que representa o Hospital Colônia de Itapuã (HCI) complementa também dizendo que o HCI está em risco e a situação também está deteriorada. A conselheira Omara pede a palavra e diz que o PEI e todos que aqui se envolvem diariamente neste Parque não podem ser pegos de surpresa com esses processos de concessão sem debate, o conselho precisa cobrar e se manifestar formalmente quanto a essas situações, precisamos expos nossa preocupação quanto a deterioração do meio ambiente, do PEI, contra as medidas autoritárias e de intervenção que nem ocorreu com o veículo retirado. A gestão está sendo prejudicada. Olha o que foi o desrespeito do chefe da DUC na reunião com a Promotora de Viamão. De forma unânime os conselheiros decidem como encaminhamento final desta reunião é que de fato precisa-se apelar a todas Instituições e órgãos possíveis para que olhem o modo critico como estão se desenvolvendo os processos, portanto, o conselho emitira um documento cobrando da SEMA explicações plausíveis e transparentes sobre o processo de conceção do PEI e também buscar esclarecimento do porquê das intervenções que vem ocorrendo descaradamente. A reunião se encerra as dezessete horas e cinco minutos. Não havendo mais nada a tratar. Nada mais havendo a tratar, eu Giovanni Copello e Silva, estagiário do Parque Estadual de Itapuã lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela Presidente do Conselho.

**Dayse Aparecida dos Santos Rocha Giovanni Copello e Silva**

Presidente do Conselho Consultivo Estagiário SEMA

**Parque Estadual de Itapuã Parque Estadual de Itapuã**